

## A DISCURSIVIDADE RASURADA EM QUARTO DE DESPEJO - DIÁRIO DE UMA FAVELADA

Fabiana Rodrigues Carrijo. Doutoranda em Estudos Linguísticos PPGEL/UFU/UBERLÂNDIA/Bolsista CAPES

**RESUMO:** Este trabalho pretende se ocupar da escrita rasurada em Carolina Maria de Jesus, autora de Quarto de Despejo - diário de uma favelada, publicado na década de 1960. Trata-se de uma abordagem em interface com corpus literário e aporte teórico fundado na Linguística, sobretudo a partir da noção de hipercorreção para evidenciar como a discursividade em Carolina parece sinalizar para o que aqui denominamos rasurada. O termo rasurada não traz em si nenhuma acepção depreciativa, apenas demonstra uma escrita que recorre aos vários gêneros discursivos para a sua composição.

**PALAVRAS-CHAVE:** Carolina Maria de Jesus; discursividade rasurada; hipercorreção

Este artigo tem o propósito de delinear a partir dos enunciados de QD<sup>1</sup> algumas regularidades quanto à presença de hipercorreção - tomada aqui enquanto vestígio de que aquela língua em que o sujeito na função de autoria tenta se inscrever não é propriamente "a dele". Ou pelo menos, que não se tem um domínio total das regras que regem essa língua. Conforme Cox (2004, p. 136), a "hipercorreção" "nada mais é do que o desejo de se apropriar das formas linguísticas que valem mais no mercado de bens simbólicos." Vale dizer que, na perspectiva em que nos inscrevemos, esse "desejo" não é do conhecimento do sujeito, já que se constitui ideologicamente: "todos" querem falar e escrever "certo", da "melhor" forma possível. Para isso, traz à tona o imaginário das formas linguísticas hegemônicas que construíram nas suas experiências, nas suas práticas linguísticas nos espaços formais de enunciação.

Citamos esse jogo discursivo de formações imaginárias, pois, através da análise do fato linguístico "hipercorreção", é possível afirmar que os diferentes sujeitos, considerando a imagem que têm de si mesmos, a imagem da imagem que seu interlocutor tem dele, assim como a imagem que têm do referente, no caso, a língua, buscam reproduzir os traços linguísticos legitimados como "os corretos".

Assim, apresentamos, nessa ocasião, um esboço do que desenvolvemos no tocante ao estudo da relação sujeito/língua pelo viés da "hipercorreção". Nesse ponto, tal como Azambuja (2012, p.01) chamamos a atenção para as aspas utilizadas como uma forma de marcar a diferença no modo de ver pela perspectiva discursiva uma ocorrência linguística tradicionalmente contemplada a partir da Sociolinguística.

A definição para "hipercorreção", construída por alguns linguistas se coloca como insuficiente, por silenciar a distribuição política das línguas, reafirmando o ideal de língua e trazendo a imagem de um sujeito que tem domínio do seu dizer:

Correção 'acima do nível da linguagem urbana'. Fenômeno linguístico que consiste na busca excessiva de correção - na fonética, na acentuação, no uso de termos -, que acaba por levar a pronúncias e a usos incorretos, por termos de incidir em erros populares. É do domínio da sociolinguística, frequente em casos de pessoas que ascendem a uma nova classe social, por motivos socioeconômicos (mudança para a cidade, casamento com pessoa de outra classe, enriquecimento, etc.) (DUBOIS et al., 1993, p. 323-324).

É recorrente essa ideia de que a "hipercorreção estaria relacionada à mudança de classe social". Vejamos também em Scremin e Aimi (2009, p. 125-6): "O fenômeno da hipercorreção, por motivos sociolinguísticos, apresenta-se na escrita de indivíduos que *se encontram em ascensão cultural*, pois estes já possuem certas normas da língua, caso contrário, não teriam essa intenção de 'acerto' [...]."

---

<sup>1</sup> "Quarto de Despejo - diário de uma favelada", de Carolina Maria de Jesus se constituiu em um best-seller na década de 1960. Lançado no Brasil com o apoio de Audálio Dantas, um jornalista que foi à favela para realizar uma reportagem sobre o favelado e ficou muito impressionado com os escritos de uma favelada, em um conjunto de cadernos. Doravante apenas QD.

É oportuno observar que a definição de “hipercorreção” citada constitui-se tanto pelo imaginário de que a linguagem urbana é a ideal quanto traz em si, materializada, a ideia de “erro”, de “incorreção”: “erros populares”, “usos incorretos”. Detemo-nos na afirmação presente nessa definição de que tal fato linguístico seja produzido frequentemente em “casos de pessoas que ascendem a uma nova classe social, por motivos socioeconômicos”.

Também Gnerre (1998, p.10) comunga com essa ideia, ao argumentar que “a burguesia tem a tendência à hipercorreção no esforço de alcançar a norma reconhecida”. É possível dizer que não é necessária a ascensão de classe para que se produza a “hipercorreção”. Tal fato é legítimo no caso de Carolina – cujo sonho era ser escritora, ainda que só detivesse dois anos do antigo primário enquanto subsídio para construir e se tornar, na ordem do devir, uma possível escritora com todos os ônus e os consequentes bônus advindos com e de sua discursividade.

No caso do sujeito-autor (Carolina Maria de Jesus) não é isto que a motivava. Ela fora incitada por seu desejo arrebatador de ser aceita em um mundo intitulado “letrado” cuja chancela era ser detentora dos códigos de uma língua padrão, entenda-se, com todos os contornos de uma norma da cultura letrada. No exemplo de Carolina fora lhe exigido muito mais, além de ser detentora de uma língua de registro intitulado padrão, fora lhe ordenado outros pré-requisitos para ter acesso à cultura letrada, a saber: as condições socioeconômicas e culturais impossíveis para alguém que apenas detivesse o segundo ano do antigo primário.

O vocábulo ‘rasurada’ é utilizado aqui para indicar que a discursividade<sup>2</sup> em Carolina Maria de Jesus entremostra um trabalho ininterrupto do sujeito-autor com a linguagem. Trata-se de um processo inconcluso, inacabado, para nos valermos tantos dos dizeres de Foucault (2001, a linguagem que se desdobra ao infinito) como de Bakhtin (1997, no sentido de não ter um fim absoluto) e, ainda, evidencia, conforme iremos constatar ou não com a construção desse artigo, que essa discursividade traz, em sua materialidade, vestígios outros de inúmeros gêneros discursivos, a saber: o diário íntimo, a reportagem e, talvez, em certa medida, traga, também, resquício da *menipéia* enquanto um gênero do discurso. É neste e por este gênero (a *Menipéia*) que se toca na grande questão humana, evidenciando o homem em seu limiar, em sua grande miséria e na sua mesmice cotidiana, em que amor, dor, agonia, solidão se imiscuem para configurar e constituir o diário de uma favelada:

Lembremos que a *menipéia* é o gênero *universal das últimas questões*. Nela a ação não ocorre, apenas, “aqui” e “agora”, mas em todo o mundo e na eternidade: na Terra, no inferno e no céu. Em Dostoiévski, a *menipéia* se aproxima do mistério, pois este nada mais é que uma variante dramática medieval modificada da *menipéia*. Em Dostoiévski os participantes da ação se encontram no limiar (no limiar da vida e da morte, da mentira e da verdade, da razão e da loucura). (BAKHTIN, 2008, p.168, grifos do autor)

Carolina não havia ascendido socialmente, seu desejo, quer seja do sujeito empírico (cidadão do mundo e portador de uma carteira de identidade) era dominar o código escrito e falado de uma língua com o legítimo intuito de ser aceita enquanto escritora.

Não é sem razão que se tivermos contato com os manuscritos originais de Carolina, facilmente, se identifica uma escritura que precisa, ininterruptamente, grafar com força, com toda a força possível – necessidade de escrever e reescrever, fortemente, sua história se circunscrevendo em um texto como se ele fosse sempre um palimpsesto, uma escritura em palimpsesto. A escrita em palimpsesto é utilizada aqui com a concepção que era dada pelos gregos, quer seja, na acepção de raspar o texto e reescrever, fortemente, por cima, deixando à mostra aquela versão primeira. Sem contar que Carolina já escrevia em cadernos que eram retirados do lixo e, neste caso, já evidenciavam, já traziam em si uma página amarela, folhas arrancadas,

---

<sup>2</sup> - Entendemos por Discursividade como o espaço onde se tenta encontrar para além dos próprios enunciados, a intenção do sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer, ou ainda o jogo inconsciente que emergiu involuntariamente do que disse da quase imperceptível fratura de suas palavras manifestas; (FOUCAULT, 2008, p.30-31)

descoladas e reaproveitadas – um dizer já premente e outro que seria, profundamente, reescrito nas folhas/nas fissuras dos cadernos encardidos.

Essa escrita *por sobre* revela uma historicidade que pertence a uma anterioridade que determina o lugar social do sujeito, trazendo a superposição de outra escrita que, por uma alteridade em clivagem<sup>3</sup>, revela o lugar discursivo da instância sujeito. Dessa forma a alteridade ‘por sobre’/‘superposição’ significa essa movência do sujeito, que constitui uma posição sujeito que se traduz por seu lugar social e faz emergir uma tomada de posição revelando o lugar discursivo autor. Ao mesmo tempo não se pode deixar de registrar o deslocamento simultâneo entre os três lugares (posição-sujeito, lugar social e lugar discursivo), síntese da criação literária que se enuncia nos cadernos encardidos.

Carolina Maria de Jesus – enquanto posição sujeito que congrega inúmeras posições possíveis, a saber: *sujeito-autor; sujeito-narrador; sujeito-personagem* ao criar um relato em que a personagem é protagonista de uma história/estória, desvela uma escritura em que as marcas do sujeito-narrador, do sujeito-personagem e, ainda do sujeito-autor se resvalam em um tipo de relato autobiográfico como já sugere o título “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, mais precisamente, em um diário íntimo que a par de revelar o preço dos alimentos, dos transportes também faz uso do intitulado “discurso citado” para testemunhar, dar cunho de veracidade aos relatos.

Realizada esta incursão pelas e nas singularidades que envolveram a autora e a obra aqui utilizada enquanto *corpus* para uma análise das regularidades do fenômeno linguístico intitulado de hipercorreção é cogente listar as ocorrências mais frequentes, uma vez que elencar todas seria impossível e sem necessidade. Insiste-se, aqui, que o sujeito-autor empreende as intituladas hipercorreções ao tentar se adequar a um código linguístico tomado como padrão. Importa-nos, no momento, selecionar algumas destas tentativas de se autocorrigir com o intuito de preencher determinados pré-requisitos ordenados para se inscrever enquanto instância-sujeito-escritora.

Vale destacar que a maioria das hipercorreções encontradas na obra QD se dá na colocação pronominal, em inúmeros casos em que a regra geral exige ênclise, Carolina – enquanto sujeito-autor – coloca próclise e, muitas vezes, a recíproca contrária é verdadeira, por achar que o padrão estabelecido pela norma culta da língua portuguesa requer, necessariamente, o domínio de princípios básicos da língua, entre eles, o uso do pronome, a grafia correta das palavras, a escrita de nomes próprios com letra maiúscula, o início de frases com maiúscula, a concordância verbal e também a nominal, dentre outros aspectos.

É sabido que Carolina – enquanto sujeito discursivo – não detinha a maior parte e/ou todas as regras da norma padrão, uma vez que somente dois anos de escolaridade seriam insuficientes para assegurar-lhe o domínio do registro formal da língua portuguesa. Assim, visando a “arrumar/ajustar” a língua falada à norma padrão comete alguns desajustes, na medida, em que ao saber/intuir o que seria da ordem do padrão, Carolina, enquanto sujeito-autor, se corrige e/ou se *hipercorrige*. Atitude esta inglória, ineficaz, pois seus textos mesmo quando publicados não passaram/passariam, previamente, por uma intitulada correção, foram e seriam “despertencidos” de uma norma culta (intitulada como de prestígio).

Carolina e seus livros se (re)velaram pertencentes à uma ordem do dizer conferida àqueles que falam, mas não têm autonomia, prestígio para serem considerados letrados. Nos excertos a seguir observa-se o uso incorreto da colocação pronominal. Comumente a norma padrão dita como regime de verdade e/ou de “aceitabilidade” a predominância de ênclise, conquanto o português do dia-a-dia, como diria Oswald de Andrade<sup>4</sup>, seja sempre a próclise: “Me dá um cigarro”. Carolina (instância-autor), na tentativa de arrumar/ajustar a língua ao que era apregoado enquanto norma padrão, entenda-se, língua socialmente aceita/de prestígio, recorre à ênclise, indiscriminadamente, até mesmo, naqueles diálogos pertencentes à fala coloquial, aos quais, inevitavelmente, se exigiria a próclise.

<sup>3</sup> -Na acepção dada por SANTOS (2004, p.109-110): Trata-se, pois, de uma filtragem de sentidos, realizada pelos sujeitos, tomando por parâmetro, uma relativização entre os seus referenciais discursivos e os sentidos a que são expostos na dinâmica dos processos interativos.

<sup>4</sup>-PRONOMINAIS, de Oswald de Andrade: Dê-me um cigarro/Diz a gramática/Do professor e do aluno/E do mulato sabido/Mas o bom negro e o bom branco/ Da Nação Brasileira/Dizem todos os dias/Deixa disso camarada/Me dá um cigarro.

Nesse sentido, mesmo os excertos pertencentes aos diálogos dos favelados, os quais deveriam ser da forma como falam estas pessoas simples, quer seja, espontaneamente, com predomínio de próclise, com palavras e expressões populares, com palavras de baixo calão, com gírias, enfim, expressões típicas da coloquialidade das falas reais dos favelados, o sujeito-autor confere aos diálogos marcas de texto citado, marcas de ênclise, quando, seguramente, a realidade/ a situação contextual das falas exigiriam a próclise. Vejamos:

Fui torcer as minhas roupas. A D. Aparecida **perguntou-me**:

- A senhora está grávida?

E **lhe chinguei** interiormente. (QD, 1960, p.15)<sup>5</sup>

Quando retornei do rio o feijão estava cosido. [...] Hoje é a Nair Mathias quem começou a **impricar** com os meus filhos. (QD, p.15)

O **que aborrece-me** é elas vir na minha porta para perturbar a minha escassa tranquilidade interior (...) Mesmo elas aborrecendo-me, eu escrevo. (QD, 1960, p.17)<sup>6</sup>

Os **que preferiu-me** eram soezes e as condições que êles me impunham eram horriveis. (QD, p.18)

Ela **odeia-me** porque os meus filhos vingam e por eu ter radio<sup>7</sup>. (QD, p.18)

Os enunciados destacados em negrito evidenciam o “mau uso” da colocação pronominal e os trechos sublinhados demonstram alguns pequenos equívocos *de grafia*, todos estes intitulados *equívocos* são levados em consideração, tomando-se como modelo, os afamados preceitos da norma padrão da língua portuguesa.

Outro tipo de hipercorreção, se é que podemos falar assim, ocorre no que se refere à concordância nominal e verbal; já que o verbo tem que estar, pela norma padrão, concordando com o sujeito em número e pessoa. Certamente, nos trechos destacados da obra QD o que mais se observa é o verbo no singular e o sujeito no plural, o que pode ser identificado nas expressões sublinhadas:

Peguei uma revista e sentei no capim, recebendo os raios solar para aquecer-me. Li um conto. Quando iniciei outro surgiu os filhos pedindo pão. Escrevi um bilhete e dei ao meu filho João José para ir ao Arnaldo comprar um sabão, dois melhoraes e o resto pão. (QD, p.14)

Quando retornei do rio o feijão estava cosido. [...] Hoje é a Nair Mathias quem começou a **impricar** com os meus filhos. (QD, p.15)

Levantei **as** 7 horas. Alegre e contente. Depois que veio os aborrecimentos. (QD, p.16)

O que aborrece-me é elas vir na minha porta para perturbar a minha escassa tranquilidade interior (...) Mesmo elas aborrecendo-me, eu escrevo. (QD, p.17)

<sup>5</sup> - As expressões sublinhadas indicam a grafia “incorreta”, ou melhor, sem prestígio quando comprada com a língua nacional. Já as expressões em negrito evidenciam a colocação pronominal. No início do diálogo, recorreu-se a ênclise, quando pelos padrões de uma língua mais espontânea seria desnecessário e até ilegítimo recorrer à ênclise.

<sup>6</sup> - As expressões em negrito neste enunciado e no seguinte evidenciam o emprego “inadequado” do pronome, já que quando se tem o pronome relativo **que**, o pronome fica junto a ele, portanto, emprega-se, de acordo com a gramática prescritiva, a próclise. No presente caso, fora empregada, nestes dois enunciados, contrariamente aos preceitos, a ênclise.

<sup>7</sup> - Todas as palavras que estiverem assim destacadas o foram por estarem fora dos padrões aferidos pela norma padrão. Nos excertos transcritos, muitas expressões se passassem por uma revisão certamente reverteria tal situação. Normalmente o que fazem estas expressões diferentes do que prontamente estabelece a norma padrão de uma língua pode ser simplesmente a falta de acento e/ou ainda a grafia “intitulada errada”.

Enquanto as panelas fervia eu escrevi um pouco. Dei o almoço as crianças, e fui no Klabin catar papel. Deixei as crianças brincando no quintal. Tinha muito papel. Trabalhei depressa pensando que aquelas bestas humanas são capás de invadir o meu barracão e maltratar meus filhos. Justamente quando eu não estou em casa. Quando as crianças estão sosinhas e não podem defender-se. (QD,p. 20)

As dificuldades corta o afeto do povo pelos políticos. (QD, p.34)

Em alguns momentos encontramos também excessos ou os “intitulados erros” ortográficos que em uma revisão autorizada para os autores altamente escolarizados tal não ocorreria, ou seja, antes de se lançar um livro, certamente, ele já teria sido passado por uma ou inúmeras revisões. Este não fora o que ocorrera com a obra denominada “Quarto de Despejo”, já que esta suposta revisão não fora realizada na obra da autora, conforme, já insistimos nas considerações anteriores sobre a anterioridade discursiva que engendraram as singularidades de QD. Essa não correção também fora um dos motes que instituíram a nossa captura em relação ao *corpus* a ser analisado discursivamente. Em outras palavras, esse não-lugar (enquanto lugar possível) e esta não revisão foram responsáveis, em parte, por nossa interpelação<sup>8</sup> frente ao nosso objeto de análise, quer seja, o *corpus* escolhido e, ainda, o arcabouço teórico a ser utilizado enquanto embasamento teórico discursivo.

Muito mais que enumerar os casos de “hipercorreção”, o nosso objetivo, nesta seção, era observar o que rege a produção desse fato linguístico denominado, amplamente, e cotejado pelo flanco teórico estabelecido pelas bordas da sociolinguística. Para isso, é imprescindível evidenciar que há o imaginário de “correção” de língua funcionando em nossa sociedade. Destarte, é possível observar que há uma contraposição entre traços linguísticos que constituem o falar popular e traços que caracterizam a norma. Se fôssemos olhar e nos deter, efetivamente, nesta parte, sob a perspectiva da linguística discursiva, sobretudo, sob o viés de Foucault (2001; 2007; 2008; 2009; 2011a; 2011b; 2011c) e outros, não trataríamos, aliás, procuramos não tratar a “hipercorreção” como “erro”, mas como materialidade da relação entre a língua com a historicidade.

Somos cômicos de que embora nos falte tempo e espaço para desenvolver uma seção que apresente, minuciosamente, os caminhos/as travessias possíveis para se cotejar a hipercorreção, sob o viés da sociolinguística e, amparados, ainda, por uma singular delimitação de territórios nos postulados da AD, ainda assim, não nos furtamos ao fato de que dominar as regras da norma padrão – de caráter, essencialmente, prescritivo –, é relevante/é sintomático do que é instituído enquanto modalidade de prestígio: a norma culta, entenda-se, a gramática padrão e, na contramão, disso, modalidades de desprestígio e/ou intituladas como não aceitas, como desvio e até mesmo como “erro” do/e no uso da língua.

Entendemos que o fizemos a partir do título deste artigo, aliás, ao sermos, prontamente, incitados a nos constituir sujeito via relações de poder e saber na acepção que dá Foucault a este termo (2001; 2007; 2008; 2009; 2011 a; 2011b; 2011 c), pois desde esse momento já manifestávamos nosso interesse por este e não outro tema. A partir do título já se faz um recorte daquilo que nos constitui sujeito, enfim, daquilo que nos chama/nos incita a constituirmos sujeito nesta e não em outra inscrição teórico-metodológica.

Assim, cumprimos o risco de alinhavarmos uma seção que pretendia delinear a discursividade rasurada em QD, pois embora o sujeito-empírico Carolina detivesse apenas dois anos de escolaridade, possuía muito mais atributos e manejo com a língua que provavelmente dois anos lhe ofertariam. Pode-se dizer que à medida que Carolina – enquanto sujeito-autor ia tendo acesso a este ou aquele livro por um reflexo inverso ela também retomava suas escrituras e corrigia algumas expressões, início de palavras e até

<sup>8</sup> - Pêcheux ao citar Althusser profere: “Dizemos a figura da interpelação para designar o fato de que se trata, como indica Althusser, de uma “ilustração”, de um exemplo submetido a uma forma de exposição particular, “concreta o suficiente para que possa ser reconhecida e abstrata o suficiente para que possa ser pensável e pensada, dando origem ao conhecimento”. [...] “a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” designa é exatamente que “o não-sujeito” é interpelado-constituído em sujeito pela Ideologia. Ora, o paradoxo é, precisamente, que a interpelação tem, por assim dizer, um *efeito retroativo* que faz com que todo indivíduo seja “sempre-já-sujeito”; (1997, p.154-155)

mesmo se valia de muitas expressões atípicas para alguém com tão pouca escolaridade. Seria o que, pontualmente, asseverou a crítica literária Marisa Lajolo ao prefaciá-lo o livro de poemas de Carolina Maria de Jesus, proferindo que ela se vale/valeu dos preciosismos vocabulares, a quem dera o nome poético de *lantejoulas* na obra caroliniana.

Insistimos em anunciar que se a discursividade é rasurada em QD é porque há um processo da instância sujeito autor de *nunca acabar* com o manejo, o preparo, a tessitura de seus diários, uma vez que o objetivo intrínseco desta instância enunciativa, entenda-se, o seu desejo íntimo e inadiável era ser, na ordem do devir, uma instância sujeito escritora conhecida e reconhecida por sua obra e talento – tão raros/tão preciosos/tão indicativos de uma mulher que por sua anterioridade histórica já nos entremostra que ela estava e esteve a frente de seu tempo, a despeito de suas adversas condições socioeconômicas e culturais lhe outorgariam, já, largamente, anunciadas e explicitadas nessa seção.

Persistimos: quando se tem acesso aos manuscritos de Carolina Maria de Jesus, a maior parte deles se encontra sob a jurisdição da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, outra parte, os manuscritos de “Diário de Bitita”, publicado primeiramente na Franca, lá se localiza, observa-se este processo de reescritura, esta tentativa de tentar retornar e retomar a escritura e lá acrescentar-lhe novos alinhavos. Por isso, recorreremos, aqui, a uma expressão pecheutiana de “nunca acabar”, pois o trabalho do sujeito-autor com a sua escritura entremostra este exercício infindo, por isso sempre e/ou quase sempre entreaberto e nunca concluso. Nós que, por poucos momentos, tivemos contato e visualizamos através dos microfimes, parte de sua obra, ressalvamos, prontamente, este processo de reescritura, esta tentativa de retornar e retomar a escritura e lá acrescentar-lhe novos remendos. Assim, insiste-se, recorreremos aqui a uma expressão “nunca acabar”, pois o trabalho do sujeito-autor com a sua discursividade entremostra este exercício interminável, por isso sempre entreaberto e nunca concluso. Para além das questões que possam aferir o objetivo inicial desta subdivisão – delinear as singularidades de uma discursividade rasurada em QD –, entendemos que dominar a norma padrão de uma dada língua não é tarefa fácil e, certamente, está/resta e restará imbuída de diversas condições de produção histórico-sociais e ideológicas e ainda jurídicas e financeiras de que a língua embora seja e deveria ser acessível a todos, não o é, de fato.

Inúmeras razões apontariam toda esta problemática, mas todas elas escapam ao objetivo primeiro desta parte e abarcam, seguramente, políticas linguísticas e educacionais neste país – ou a falta/ausência de tais políticas; circunscrem, ainda, ausência de incentivo à prática de leitura e escrita e, forçosamente, também evidenciam/singularizam que embora, em termos estatísticos, a grande maioria dos brasileiros seja denominada alfabetizada, muitos não são sequer falantes e escritores efetivos da língua. Ou, ainda, os números apregoados pelo Ministério da Educação sobre os índices de pessoas alfabetizadas e não-alfabetizadas no Brasil, facilmente, evidenciam que, para além dos números sempre otimistas, o que se observa é que eles não são, seguramente, confiáveis, há muitos mais alfabetizados funcionais que pessoas alfabetizadas, uma vez que a maioria não o é, efetivamente, pois em conformidade com Soares (1999) essas pessoas não dominam as práticas sociais efetivas de leitura e escrita; muitos são até alfabetizados, conquanto não sejam letrados<sup>9</sup>. Contudo, esta poderá ser pauta para outros e diversos outros estudos, quiçá, poderia se configurar em inventário/assunto para outra tese de doutoramento.

Finda esta leitura, aliás, esta proposta de seção, esperamos ter contemplado, ainda que de maneira incipiente, dadas às limitações espaços-temporais desta seção, algumas incursões teóricas iniciais e balizadoras desse setorial, quer seja, a noção de hipercorreção fundada nos aportes teóricos de base linguística em interface com corpus literário intitulado **Quarto de Despejo**, de Carolina Maria de Jesus. Ambicionávamos, *a priori*, retomar alguns conceitos, entre eles, a noção de hipercorreção e, de posse dela, realizar um pequeno, contudo, significativo inventário matricial das ocorrências deste fenômeno linguístico, tomando como corpus, os enunciados encontrados em QD, de Carolina Maria de Jesus, e entendendo

---

<sup>9</sup> - A acepção de ‘letrado’ que está sendo tomada em todo este artigo refere-se aos postulados, às asseverações e pesquisas realizadas pelas professoras Magda Soares e Ângela Kleiman sobre o que se entende por letramento, quer seja, o domínio efetivo das práticas sociais de leitura e escrita. Uma pessoa que seja denominada, acunhada de letrada terá, evidentemente, que saber decifrar, compreender/ produzir/elaborar inúmeros gêneros discursivos – na acepção que é dado por Bakhtin (1997).

enunciado – enquanto substrato de sentidos e reveladores desta discursividade rasurada e, ao mesmo tempo, singular da instância-sujeito autor.

Por fim, a discursividade literária que aqui intitulamos de rasurada é por também trazer à superfície vozes outras e pertencentes a gêneros discursivos diversos. Assim, observamos paralelamente ao relato do dia, excertos de depoimentos jornalísticos, transcrições de parte de poemas de Casimiro de Abreu, alguns motes de Gonçalves Dias: como bosques, várzeas, amores e, ainda, relatos bem típicos dos burburinhos, das mazelas dos favelados: alguém que briga com beltrano, fulano que espancara o pai, o marido que ameaça bater nos filhos e esposa, enfim, relatos repletos de agonia, de sofrimento.

Neste momento, faz-se oportuno recorrer às palavras de Pêcheux sobre o papel da memória:

a memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização...Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 2010, p.56)

Por esta razão delinear a discursividade literária é, sob certo aspecto, impetrar uma tarefa que resvala nesta intenção de cotejar este espaço fugidio, deslocado, conflituoso, espaço este da memória discursiva que se não é individual, por outro lado também não é somente a social; sendo, pois, o espaço onde se entrecruzam, memória mítica, memória coletiva e/ou social, em pontos de encontro e pontos de deriva, pontos de entrecruzamento/de interseção, mas também pontos de silenciamento, distanciamento e pontos de regularização. Uma regularização que a exemplo do que nós – enquanto sujeitos-pesquisadores analistas de discurso – tentamos realizar/abarcas diante do discurso: lugar de conflitos, lugar de movência, de equívocos, de opacidade, de atravessamentos, contudo, ainda assim, passível de gestos de leitura e análise.

Assim, como o sujeito discursivo se vale da memória – enquanto entremeios de instituição, de regulação, de acontecimentos, de inscrição, de movência, de atravessamentos, de esquecimentos, de denegação – para fundar/constituir uma discursividade literária, não é possível desvincular o papel da memória enquanto substrato para a constituição de um diário, de uma discursividade literária. Destarte, ao se pensar na escrita autobiográfica do sujeito-autor não dá para não excluir do palco das discussões este elemento fundante de uma discursividade, seja ela de que natureza for.

Segundo Pêcheux (1997) a leitura reside na existência de um corpo sócio histórico de traços discursivos constituindo o espaço de memória. Trata-se de acontecimentos e interdiscursividade, exteriores e anteriores ao texto, refletindo materialidades que intervêm na sua construção. Nesse nível teórico-metodológico, apreendem-se, via materialidade linguística, linhas que formam uma memória socio-histórica. A prática de leitura possibilita graduar e apreender as condições de produção/as ‘circunstâncias’ de um discurso e os seus possíveis pontos de deriva, de movência, de deslocamento e, ainda, sua estreita relação com a memória discursiva – o(s) outro(s) no lugar de um sujeito, de uma discursividade:

o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes e ao que eu direi depois; portanto, o conjunto dos fenômenos de “co-referência” que garantem aquilo que se pode chamar o “fio do discurso”, enquanto discurso de um sujeito. (PÊCHEUX, 1997, p.166)

Tomando a materialidade linguística QD, corpus do presente artigo, notadamente a instância sujeito autoria, podemos dizer que seu caráter autobiográfico-ficcional-realista enuncia de si em um *ethos* outro, o da literatura, o da inserção e aceitação social, o da condição humana digna. A própria escrita nessa discursividade se revela enquanto alteridade de uma forma-sujeito da miséria que se transpõe para um lugar discursivo de ser humano inserido em um mundo possível.

É instigante, quase um contrassenso pensar que alguém para ter acesso ao mundo letrado, entenda-se, aqui, literário, o tenha que fazer lançando mão de um tipo de forma, de padrão literário que já o exclui, de antemão. Sair do subterrâneo, do processo de submissão, de um lugar social, tentando se influir em um processo outro, em um viés outro para mostrar justamente o quarto de despejo, o subterrâneo, a periferia da cidade. Vê-se, assim, a emergência de um sujeito em interpelação que, procura na escrita, na literatura, nos modelos literários, uma forma de deslocamento de sua condição ideológica. Um conjunto de discursos

possíveis, a partir de um estado definido das condições de produção possibilitou a emergência de um sujeito discursivo que sai de seu lugar social para se infiltrar, via discurso literário, um meio de intersecção, de infiltração no campo da literatura.

O sujeito-autor – para recorrermos aqui a uma das funções e/ou posições possíveis firmadas/propostas por Foucault (2009) – tenta traduzir a matéria local: a favela e os seus problemas diários tentando harmonizar as misérias reais – fonte/origem de seu dizer para estabelecer um dizer outro. Um dizer que, justamente por tratar da realidade, pode parecer/configurar estranho para outros que não o vivenciaram e/ou não o vivenciam. Daí a necessidade premente de se fazer ouvir, de se fazer lida, para mostrar, ainda que, em uma linguagem pretensamente dicotômica/híbrida, e revelar, (des)velar as mazelas humanas, fazendo com que o real, o periférico se torne, universal, digno de nota e, talvez por esta razão, digno de ser lido.

Um exercício de autoria que significa a história pelo crivo de um modelo de estética, dito consagrado, com intuito de buscar uma legitimidade de enunciação. A expressão literária de um realismo cotidiano, traduzido em sentidos da constituição de uma instância-sujeito que esboça uma tomada de posição perante seu lugar social. Assim, uma estetização desse real por um viés romântico/ultrarromântico instaura uma espécie de legitimação de um cotidiano necessário de representação.

Seguindo, ainda, as considerações de Richard (2002, p.149, grifos do autor):

Ainda que seja certo que as batalhas descolonizadoras, as lutas populares e as convulsões ditatoriais na América Latina gestaram texto e conhecimento fora do cânone livresco (nas margens informais e subversivas do extra-acadêmico), emblematizar esse corpo de experiências como a única verdade do feminismo latino-americano (sua verdade primária e radical; radical por extrateórica) vem a confirmar o estereótipo primitivista de uma outra “outricidade” que só tem vida através de afetos e sentimentos. Esta “outricidade” é romanceada pela intelectualidade metropolitana, que concebe o popular e o subalterno, o feminino e o latino-americano, como uma espécie anterior à tradução, de modo que deixa intacta a hierarquia representacional do centro: um centro que continua hegemônico, assim, as mediações teórico-conceituais do “pensar”, enquanto relega a periferia à *empíria do dado*, para sua sociologização ou antropologização através das histórias de vida e do testemunho.

A instância sujeito Carolina Maria de Jesus lança mão de um recurso narrativo inovador para a época, final da década de 1950, princípio de 1960, a narrativa em diários e/ou relatos memorialísticos, especialmente, oriundos das penas, das mãos de uma mulher e, antecipa, em 10 anos, este tipo de gênero textual materializado por escritores (homens) e, se vale dele, para alinhar/tecer um relato, em que os fios discursivos, embora chamuscados de dor, entremostam a memória discursiva de uma mulher negra, semi-escolarizada, favelada, mãe solteira, moradora da favela do Canindé e catadora de lixo.

Ao tomar Carolina Maria de Jesus como instância enunciativa, observa-se o jogo de alteridades entre a forma-sujeito pobre, o lugar social ‘excluída’ e o lugar discursivo sujeito de si pela inserção literária. A materialidade linguística por essa instância produzida inaugura a singularização de uma modalidade de expressão estética que se consagraria na temporalidade de uma causalidade estética da modernidade. O caráter memorialista instaura, também, a alteridade autor/personagem como uma relação dialética, pensada na perspectiva de expressar uma evanescência do cotidiano como elemento de perpetuação de uma historicidade do sujeito.

Fios e agulhas em mãos carolinianas tecem/destecem/alinhavam/suturam e cerzirão um *discurso literário incanônico* – para utilizarmos aqui um neologismo que possa indicar, em uma de suas acepções, o fato da crítica literária especializada da época não o enquadrar nos cânones da referida ocasião. Uma *incanonicidade* que desvela o caráter de unicidade da própria tentativa de apropriação de características de uma literatura romântico-ultrarromântica. Nesse sentido, a crítica não poderia reconhecer o produto estético de uma individuação em nível de autoria, uma vez que assim quebraria os dogmas de uma erudição *ad referendum*.

Conforme dissera Sousa (2004, p.158):

...a tessitura narrativa de Carolina, que compreende também a linguagem que lhe serve de meio para representar a realidade na qual vive, se é truncada e rasurada, é porque dá a ver as contradições que operam dentro da sociedade. O fato de Carolina, como diz Marisa Lajolo (1996), estar na contramão do momento literário dos anos 60, quando a literatura buscava na cidade, na cultura de massa, meios para criar uma linguagem literária que respondesse àquele momento histórico, na verdade, evidencia a exclusão social – que é também cultural, e se assim é, é também de gosto, uma vez que o padrão de gosto de Carolina não corresponde ao da época. E se não corresponde é porque está fora dos circuitos da elite dominante.

Em uma leitura ingênua, pretensamente ingênua, ficamos indignados, quando não amofinados pelo fato de que se o que apregoava Virgínia Woolf, em outras condições materiais, intelectuais, enfim, sob outras condições de produção histórico-ideológica e sociocultural, de que a mulher que escrevia, que quisesse lançar mão de ser *escritora* deveria fazê-lo quando, de fato, tivesse um *teto todo seu*. Carolina, em meio ao caos, literalmente, em meio ao lixo, encontra nos cadernos encardidos recolhidos deste mesmo lixo, a possibilidade entreaberta de sair de seu limitado mundo e confabular meios, entenda-se, aqui, materiais, intelectuais e financeiros para prover os seus e provê-los com o dinheiro advindo da escrita. Sua escritura que, a despeito de *ter e ser* um valor testemunhal inegável, revela uma autenticidade do vivido, desvela, ainda, uma espontaneidade de sua consciência de mulher, mãe, favelada, escritora, consciente, delatora e/ou relatora das ocorrências da favela e/ou para nos servirmos de uma metáfora elaborada pelo sujeito-autor (Carolina Maria de Jesus), denunciante do QD.

Se há valor testemunhal, há e haverá ainda uma representação – uma abstração, um simulacro desse mesmo real, desta feita, transfigurado em discurso literário, ainda que não referendado pela academia, pois quem estabelece o que seja ou não canônico, também o faz lançando mão do que é e/ou está sendo produzido na referida época a supor que outros textos com outras características e/ou oriundos das mãos de uma mulher negra, favelada, mãe solteira, pobre, descendente de escravos, dentre outras atribuições, fatalmente não estariam, portanto, dentro do intitulado cânone.

Essa testemunhalidade advém, principalmente, da alteridade constituinte dessa representação. Uma alteridade que imbrica papéis sociais, projeta estereótipos sociais e ratifica vislumbres de um sujeito discursivo nunca antes idealizados nos meandros literários. Tal representação resulta, portanto, os deslocamentos do sujeito permeados pela interpelação da linguagem frente aos olhares sobre os mundos possíveis e que nas condições sociais da época, revelaram ser impraticáveis, impossíveis.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Oswaldo de. *Pronominais*. Disponível em <http://pensador.uol.com.br/frase/NTU4NjA3/>. Acesso em dezembro de 2012.
- AZAMBUJA, Elizete Beatriz. *A relação sujeito/língua dividida, na produção da "hipercorreção"*. ÍCONE – Revista de Letras, São Luís de Montes Belos, v. 2, p. 88-104. Publicado em jul./2008. Disponível em <http://www.slmb.ueg.br/iconeletras>
- \_\_\_\_\_. *Refletindo sobre a produção da hipercorreção em textos de alunos de pós-graduação*. Disponível em [http://www.filologia.org.br/xiv\\_cnlf/tomo\\_4/3180-3189.pdf](http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_4/3180-3189.pdf). Acesso em dezembro de 2012.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CARRIJO, Fabiana Rodrigues; SANTOS, João Bôscio Cabral dos. *Nas fissuras dos cadernos encardidos: o bordado testemunhal de Carolina Maria de Jesus*. Ling. (dis)curso, Tubarão, v. 12, n. 2, ago. 2012. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-)
- COX, Maria Inês Pagliarini. *Pedagogias da língua: muito siso e pouco riso*. Caderno Cedes, Campinas, vol. 24, n. 63, maio/agosto, 2004, p. 135-148.
- DUBOIS, Jean. et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- FOUCAULT, Michel: *Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Forense Universitária.1995. Por Hubert L. Dreyfus, Paul Rabinow e Vera Porto Carrero.
- \_\_\_\_\_. *Estética, literatura e pintura, música e cinema*. Org. de MOTTA, Manoel de Barros. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- \_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 9ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*.7ªed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O que é um autor?* 2ª ed. São Paulo: Passagens, 2009.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 21ª, São Paulo/SP, Edições Loyola, 2011 a, 79p.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal,2011b.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade III: O cuidado de si*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2011c
- GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo – diário de uma favelada*. V. 1 da Coleção Contrastes e Confrontos. Oficinas Gráficas de Linográfica Editora Ltda.1960, São Paulo, 182 p.
- LAJOLO, Marisa. *Poesia no quarto de despejo, ou um ramo de rosas para Carolina*. In: Antologia Pessoal. Org. de José Carlos Sebe Bom Meihy; [revisão de] Armando Freitas Filho. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad, Eni Puccinelli Orlandi. Et al. Campinas, S.P: Editora da UNICAMP, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. 5ª edição, Campinas: Pontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Papel da memória*. In: Papel da Memória. ACHARD, Pierre et al. Tradução e introdução: José Horta Nunes, 3ª, Campinas, São Paulo: Pontes, 2010
- RICHARD, N. *Experiência e representação: o feminino, o latino-mericano*. In:\_\_\_\_\_. *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 142-155.
- SANTOS, João Bôscio Cabral dos. *Uma reflexão metodológica sobre análise de discurso*. In: *Análise do Discurso: Unidade e Dispersão*. Uberlândia: Entremeios, 2004 p.109 -114.
- SCREMIN, G. e AIMI, D. S. *A presença da hipercorreção em textos de alfabetizadores populares: contribuições para os PALOPsp*. Revista ACOALFAPlp: Acolhendo a alfabetização em países de língua portuguesa. São Paulo, ano 4, nº 7, 2009. Disponível em <http://www.alcoalfaplp.net>. Publicado em setembro de 2009. Acesso em outubro de 2012.
- SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.
- SOUSA, Germana Henriques Pereira de. *Carolina Maria de Jesus – o estranho diário da escritora vira-lata*. Tese de Doutorado. Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2004, 262p.